

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 119.063 - SC (2011/0225428-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DE JOINVILLE-SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE JOINVILLE - SJ/SC
INTERES. : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : MÁRIO VIVENTE DOS PASSOS E OUTRO(S) - SC007724A
INTERES. : LUIZ CARLOS BEHNKE E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DE JOINVILLE-SC, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE JOINVILLE - SJ/SC, suscitado.

De acordo com os autos, Banco Bradesco propôs Execução Hipotecária, em desfavor de Luiz Carlos Behnke e outra, objetivando o recebimento de valores decorrentes do débito de parcelas vencidas do contrato particular de compra e venda e financiamento com pacto adjeto de hipoteca.

A ação fora proposta na Justiça Estadual, que reconheceu sua incompetência e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal.

Na decisão de fls. 56/57e, o Juízo Federal da 2ª Vara de Joinville igualmente declinou de sua competência, por entender que, "não havendo embargos opostos à presente e não se estabelecendo na execução o litisconsórcio ativo da CEF, compete à Justiça Estadual processar a presente execução, visto que não se enquadra dentre as hipóteses estabelecidas no art. 109 da Constituição Federal para a definição da competência da Justiça Federal".

Devolvidos os autos à Justiça Estadual, foi suscitado o presente Conflito de Competência, com base nos seguintes fundamentos:

"Importante ressaltar esta questão, uma vez que entendo que há a necessidade de intervenção da Caixa Econômica Federal na ação de execução hipotecária por dois motivos: primeiro por ter sido aquela empresa pública o agente financiador e que realizou o pacto que será objeto de revisão judicial; e em segundo por estar havendo a discussão de no de e valência salarial (FCVS).

Ora, á toda evidência na ação principal irá se discutir a respeito do mútuo hipotecário que deu origem à execução hipotecária, ou seja, o âmago da revisão de contrato atingirá a Caixa Econômica Federal que é uma das contratantes.

O alcance jurisdicional contido na ação revisional conexa gera "a relação condicionante, objeto de outra causa, dada a sua natureza prejudicial, determina a suspensão do processo, por força de norma legal que prestigia o princípio da economia processual e a própria lógica do sistema jurídico" (apud STJ - 4a . Turma, RESp. 3.032-RJ, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 7.5.91, pub. DJU 3.8.92).

Assim, considerando que o contrato executado está sendo revisado, é indubitável a prejudicialidade externa da ação revisional, eis que há possibilidade de redução do quantum debeatur em razão da declaração de nulidade de cláusulas contratuais ou até mesmo a extinção do saldo devedor, o que atingiria de maneira direta o título executivo.

(...)

Ora, á toda evidência na ação principal irá se discutir a respeito do mútuo hipotecário que deu origem à execução hipotecária, ou seja, o âmago da revisão de contrato atingirá a Caixa Econômica Federal que é uma das contratantes.

O alcance jurisdicional contido na ação revisional conexa gera "a relação condicionante, objeto de outra causa, dada a sua natureza prejudicial, determina a suspensão do processo, por força de norma legal que prestigia o princípio da economia processual e a própria lógica do sistema jurídico" (apud STJ - 4a . Turma, RESp. 3.032-RJ, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 7.5.91, pub. DJU 3.8.92).

Assim, considerando que o contrato executado está sendo revisado, é indubitável a prejudicialidade externa da ação revisional, eis que há possibilidade de redução do quantum debeatur em razão da declaração de nulidade de cláusulas contratuais ou até mesmo a extinção do saldo devedor, o que atingiria de maneira direta o título executivo" (fls. 2/4e).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 84/88e, manifestou-se pela competência da Justiça Estadual.

Conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, **d**, da Constituição da República.

Com efeito, apreciando caso análogo ao dos autos, a Primeira Seção desta Corte considerou de que, ainda que o Juízo Federal tenha afastado o interesse da CEF na execução hipotecária, é incontroversa a existência de ação ordinária em curso na Justiça Federal, constando o ente federal no pólo passivo, em que se discute o mesmo contrato objeto da execução de onde se origina o presente Conflito. Por essa razão, deve ser reconhecida a competência da Justiça Federal.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE MÚTUO PARA AQUISIÇÃO DE CASA PRÓPRIA PELO SFH. COBERTURA PELO FCVS. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA EM CURSO NA JUSTIÇA ESTADUAL PROPOSTA POR BANCO PRIVADO SEM A INTERVENÇÃO DA CEF. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS PROPOSTA NA JUSTIÇA FEDERAL CONTRA O BANCO PRIVADO E A CEF. CONEXÃO. COMPETÊNCIA FEDERAL.

1. O conflito de competência foi suscitado por Erico Pinto da Silva e outro, que são autores de ação ordinária de revisão de cláusulas contratuais (mútuo para aquisição da casa própria pelo SFH e cobertura FCVS) proposta contra a CEF e o Banestado e réus na execução hipotecária proposta pelo Banestado sem a intervenção da CEF.

2. Os suscitantes defendem a competência da Justiça Federal para o julgamento da execução hipotecária com base nos seguintes fundamentos: (a) o contrato de mútuo assinado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem cobertura pelo FCVS, de modo que a CEF pode ser responsabilizada por eventual saldo devedor do contrato; e (b) há conexão entre a execução hipotecária e a ação ordinária de revisão das cláusulas contratuais do mútuo para aquisição da casa própria no âmbito do SFH, demanda que tramita na Justiça Federal e tem a CEF como litisconsorte passiva.

3. O primeiro fundamento do conflito - de que o contrato de mútuo assinado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem cobertura pelo FCVS - não socorre aos suscitantes. Não cabe ao STJ pronunciar-se, no âmbito de conflito de competência, sobre a legitimidade de partes, questão atrelada às condições da ação e aos pressupostos processuais e que deve ser decidida pelo Juízo declarado competente no conflito.

4. No caso, a CEF declarou, expressamente, não ter interesse em participar da execução hipotecária e o Juízo Federal, com base nessa manifestação e em outros argumentos, afastou o interesse federal na espécie.

5. Nos termos da Súmula 150/STJ, 'Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas'.

6. Todavia, o segundo fundamento do conflito - de que há

conexão entre a execução hipotecária e ação ordinária de revisão de cláusulas contratuais com tramite na Justiça Federal e que tem a CEF no pólo passivo - leva à conclusão de que o Juízo Federal também é competente para o julgamento da execução hipotecária.

7. A ação ordinária de revisão de cláusulas contratuais, com processamento na Justiça Federal e que tem a CEF como litisconsorte passiva ao lado do BANESTADO, discute o mesmo contrato e, caso julgada procedente, poderá reduzir, ou até mesmo extinguir, o saldo devedor do imóvel hipotecado, tornando prejudicada a execução da qual se origina o presente conflito.

8. A conexão é patente e, se não solucionada, poderá levar a julgamentos inconciliáveis - procedência da ordinária para reconhecer-se a extinção do saldo devedor e procedência da execução hipotecária, com o consequente arresto do imóvel hipotecado.

9. Nesses termos, embora tenha o Juízo federal afastado o interesse da CEF na execução hipotecária, é fato que já existe uma ação ordinária em curso na Justiça Federal, com a CEF no pólo passivo, em que se discute o mesmo contrato objeto da execução.

10. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal, suscitado" (STJ, CC 90.256/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/06/2009).

Assim, existindo conexão entre as ação revisional de cláusulas contratuais com cobertura do FCVS e a execução hipotecária, é o caso de ser declarada a competência do Juízo ora suscitado para o julgamento da demanda.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE JOINVILLE (suscitado), para o julgamento da lide.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora